

## **ANEXO 1**

### **REGULAMENTO DA CONCESSÃO**

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 12 de junho de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## DECRETO Nº 69.619, DE 11 DE JUNHO DE 2025

Autoriza a abertura de licitação para a concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema de transporte aquaviário de veículos e passageiros denominado "Sistema de Travessias", e aprova o respectivo regulamento.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação, pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas - CGPPP, criado pela Lei nº 11.688, de 19 de maio de 2004, do modelo de concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema de transporte aquaviário de passageiros e veículos denominado "Sistema de Travessias", por ocasião da 53ª Reunião Conjunta Ordinária do Programa Estadual de Desestatização - CDPED e do CGPPP, ocorrida em 29 de maio de 2025, cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 4 de junho de 2025,

### **Decreta:**

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de licitação, na modalidade de concorrência internacional, para a concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema de transporte aquaviário de veículos e passageiros denominado "Sistema de Travessias", constituído pelas travessias localizadas nas seguintes regiões:

#### **I – Litoral Norte:**

a) Travessia São Sebastião – Ilhabela;

#### **II – Litoral Centro:**

a) Travessia Santos – Vicente de Carvalho;

b) Travessia Santos – Guarujá;

c) Travessia Bertioga – Guarujá;

#### **III – Litoral Sul:**

a) Travessia Cananéia – Ilha Comprida;

b) Travessia Iguape – Juréia;

c) Travessia Cananéia – Continente;

d) Travessia Cananéia – Ariri;

#### **IV – Metropolitana:**

a) Travessia João Basso – Riacho Grande;

b) Travessia Taquacetuba – Bororé;

c) Travessia Bororé – Grajaú;

V – Paraibuna:

a) Travessia Terminal de Varginha, entre Varginha e Comércio Varginha;

b) Travessia Terminal Paraitinga, entre Capim D'Angola e Ribeirão Branco;

c) Travessia Terminal Natividade da Serra, entre Natividade da Serra, Pouso Alto e Bairro Alto.

§ 1º - O “Sistema de Travessias” a ser concedido é composto por 5 (cinco) estaleiros, 45 (quarenta e cinco) embarcações e 15 (quinze) flutuantes.

§ 2º - O “Sistema de Travessias” passará a ser operado pela concessionária a partir da assinatura do respectivo termo de transferência, observada a assinatura de termo de transferência específico para as travessias a que se refere o inciso IV deste artigo, nos termos do contrato de concessão.

§ 3º - O objeto da concessão poderá ser adequado a eventual decisão judicial que exclua a responsabilidade do Estado quanto à operação do serviço de transporte aquaviário nas travessias a que se refere o inciso V deste artigo.

Artigo 2º - A licitação referida no artigo 1º deste decreto será realizada pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, e deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

I - o objeto da concessão abrangerá a operação, a manutenção e a realização dos investimentos necessários para a exploração do “Sistema de Travessias”, conforme descrito no artigo 1º deste decreto;

II - o prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, iniciados a partir da data da assinatura do termo de transferência, conforme previsto no contrato de concessão;

III - as tarifas serão fixadas pelo contrato de concessão, assim como os critérios e a periodicidade de sua atualização e as condições de sua revisão, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, incluindo as isenções tarifárias legalmente previstas e as gratuidades aplicáveis ao “Sistema de Travessias”;

IV - o critério de julgamento da licitação será o de menor valor da contraprestação pecuniária a ser paga pela Administração Pública, nos termos definidos no edital;

V - a exigência de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação;

VI - a admissão da participação no certame de sociedades empresariais, fundos de investimentos e outras pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio, cuja natureza e objeto sejam compatíveis com sua participação na licitação, respeitadas as leis e demais normativas aplicáveis, nos termos do edital;

VII obrigatoriedade de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, sob a forma de sociedade por ações, de acordo com a legislação brasileira, com a finalidade única de prestar e explorar o serviço público objeto da concessão;

VIII - admissão da oferta, pela concessionária, de créditos e receitas decorrentes do contrato a ser firmado, e de outros bens e direitos, como garantia de financiamentos obtidos para os investimentos necessários, mediante anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei nº 7.835, de 8 de maio de 1992, e da legislação vigente sobre o tema;

IX - admissão da exploração de projetos associados, compatíveis com o objeto da concessão, como fonte de receita acessória, nos termos previstos em contrato;

X - possibilidade de que a concessionária contrate com terceiros, por sua conta e risco, a execução de atividades inerentes, acessórias ou complementares àquelas previstas no contrato de concessão.

Parágrafo único - A Comissão de Contratação será composta por 3 (três) agentes públicos indicados pela Administração, em conformidade com a legislação aplicável e em caráter especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos à licitação e aos procedimentos auxiliares.

Artigo 3º - A concessionária receberá do Poder Concedente, em função dos investimentos efetivamente realizados, aporte de recursos na forma do artigo 6º, § 2º, da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Artigo 4º - A garantia relativa às obrigações pecuniárias a serem contraídas pela Administração Pública observará o disposto no artigo 8º da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Artigo 5º - Fica aprovado, nos termos do Anexo Único que faz parte integrante deste decreto, o Regulamento da Concessão Patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema de transporte aquaviário de veículos e passageiros denominado "Sistema de Travessias".

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 66.272, de 29 de novembro de 2021.

TARCÍSIO DE FREITAS

*Arthur Luis Pinho de Lima*

*Rafael Antonio Cren Benini*

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 5º DESTE DECRETO

REGULAMENTO DA CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO "SISTEMA DE TRAVESSIAS"

### CAPÍTULO I

#### Do Objetivo

Artigo 1º - Este regulamento tem por objetivo disciplinar a concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema de transporte aquaviário de veículos e passageiros denominado "Sistema de Travessias", constituído pelas travessias localizadas nas seguintes regiões:

I – Litoral Norte:

a) Travessia São Sebastião – Ilhabela;

## II – Litoral Centro:

- a) Travessia Santos – Vicente de Carvalho;
- b) Travessia Santos – Guarujá;
- c) Travessia Bertioga – Guarujá;

## III – Litoral Sul:

- a) Travessia Cananéia – Ilha Comprida;
- b) Travessia Iguape – Juréia;
- c) Travessia Cananéia – Continente;

d) Travessia Cananéia – Ariri, incluindo a parada na comunidade do Marujá, situada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso;

## IV – Metropolitana:

- a) Travessia João Basso – Riacho Grande;
- b) Travessia Taquacetuba – Bororé;
- c) Travessia Bororé – Grajaú;

## V – Paraibuna:

- a) Travessia Terminal de Varginha, entre Varginha e Comércio Varginha;
- b) Travessia Terminal Paraitinga, entre Capim D'Angola e Ribeirão Branco;
- c) Travessia Terminal Natividade da Serra, entre Natividade da Serra – Pouso Alto–Bairro Alto.

§ 1º - O “Sistema de Travessias” a ser concedido é composto por 5 (cinco) estaleiros, 45 (quarenta e cinco) embarcações e 15 (quinze) flutuantes.

§ 2º - O objeto da concessão poderá ser adequado a eventual decisão judicial que exclua a responsabilidade do Estado quanto à operação do serviço de transporte aquaviário nas travessias de que trata o inciso V deste artigo.

§ 3º - Serão incorporadas ao “Sistema de Travessias” todas as ampliações a serem implantadas nas áreas operacionais durante o período da concessão, que passarão a integrar a infraestrutura do sistema e área da concessão.

## CAPÍTULO II

### Da Concessão

Artigo 2º - O objeto da concessão compreende:

I - a execução e gestão de todas as funções de operação, manutenção e exploração econômica do “Sistema de Travessias”;

II - a elaboração dos projetos necessários à obtenção das autorizações, aprovações e licenças, incluindo ambientais, bem como à realização dos investimentos destinados à plena operação, manutenção e exploração econômica do “Sistema de Travessias”;

III - a obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto da concessão;

IV - o fornecimento dos bens e serviços necessários à prestação dos serviços concedidos;

V - a manutenção preventiva e corretiva dos bens da concessão, de modo a mantê-los em plena operação e capacidade para o cumprimento das disposições estabelecidas contratualmente;

VI - as demais atividades e serviços previstas no contrato de concessão.

## CAPÍTULO III

### Dos Direitos e Obrigações da Concessionária

Artigo 3º - São direitos e obrigações da concessionária, durante todo o prazo da concessão, sem prejuízo do disposto no contrato de concessão e na legislação pertinente:

I - prestar os serviços concedidos de modo adequado, com continuidade, regularidade, adequação, segurança e atualidade, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o contrato e seus anexos, em conformidade com as disposições legais, regulamentares e com as determinações do Poder Concedente e da ARTESP;

II - realizar, por vias próprias, mediante subcontratação, ou outras formas de terceirização ou contratação admitidas na legislação, especialmente no disposto no artigo 25 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a operação e a manutenção da infraestrutura necessária à prestação dos serviços concedidos;

III - zelar pela integridade dos bens integrantes da concessão e dos recursos naturais e ecossistemas pertinentes ao “Sistema de Travessias”;

IV - obter tempestiva e regularmente todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias descritas no contrato, respondendo pelas condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras eventualmente exigidas;

V - manter em dia o inventário e o registro dos bens integrantes da concessão;

VI - executar todas as obras, serviços, controles e atividades relativos à concessão com zelo, diligência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo a normas, padrões e especificações estabelecidos pela ARTESP, adotando providências necessárias à garantia do patrimônio concedido;

VII - executar os investimentos destinados a adequar e aprimorar a infraestrutura terrestre e aquaviária, de modo a aumentar a oferta dos serviços, a segurança e a comodidade dos usuários;

VIII - obter prévia anuência da ARTESP para os projetos, planos e programas relativos à operação e à ampliação do “Sistema de Travessias”, nos termos do contrato de concessão;

IX - refazer, de imediato, os serviços sob sua responsabilidade executados com vícios ou defeitos;

X - elaborar todos os estudos, projetos e demais documentos necessários ao cumprimento do objeto da concessão;

XI - prestar informações e esclarecimentos requisitados pela ARTESP ou demais órgãos competentes, garantindo acesso irrestrito a todas as dependências do “Sistema de Travessias”, facultando à fiscalização, outrossim, a realização de auditorias em suas contas;

XII - comunicar à ARTESP toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada do “Sistema de Travessias”;

XIII - cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão de obra empregada nas atividades de operação e de manutenção, além das demais por ela praticadas em razão da concessão, bem como pelas determinações legais relativas a seguro e acidente de trabalho;

XIV - responder, perante a ARTESP, o Estado de São Paulo e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;

XV - responder por seus empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à concessão;

XVI - manter em plena operação, e dentro dos padrões estabelecidos, os canais de relacionamento com os usuários, bem como os serviços de ouvidoria, previstos em normas aplicáveis à espécie;

XVII - reportar por escrito ao Poder Concedente e à ARTESP a ocorrência de evento que impacte a prestação dos serviços concedidos, bem como qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem na área da concessão;

XVIII - observar o regramento estabelecido no contrato e normas expedidas pela ARTESP quanto à devolução do “Sistema de Travessias” ou eventual transferência para concessionária que a suceda;

XIX - cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e de fiscalização do Poder Concedente e da ARTESP;

XX - cumprir as demais disposições previstas no contrato de concessão.

## CAPÍTULO IV

### Dos Direitos e Obrigações do Poder Concedente

Artigo 4º - Incumbe ao Poder Concedente, dentre outros direitos e obrigações previstos no contrato:

I - envidar, ressalvada a responsabilidade exclusiva da concessionária, seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à prestação do serviço concedido, oferecendo o apoio institucional eventualmente necessário;

II - assegurar os pagamentos da contraprestação pública e dos aportes devidos à concessionária, nos termos previstos no contrato;

III - modificar, unilateralmente, as disposições regulamentares dos serviços, para melhor adequação ao interesse público, observado e respeitado o equilíbrio econômico financeiro do contrato;

IV - providenciar as declarações de utilidade pública necessárias para execução do contrato para que a concessionária conduza as desapropriações das áreas necessárias à realização dos serviços;

V - intervir na prestação dos serviços, retomá-lo e extinguir a concessão, nos casos e nas condições previstas neste contrato e na legislação pertinente.

## CAPÍTULO V

### Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 5º - São direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - realizar o pagamento de tarifa, quando não for isento;

III - receber do Poder Concedente, da ARTESP e da concessionária informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;

IV - obter e utilizar o serviço observadas as normas do Poder Público;

V - levar ao conhecimento da ARTESP e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

VI - comunicar às autoridades competentes atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VII - contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços. Parágrafo único – O Poder Concedente, a ARTESP e a concessionária estimularão a participação da comunidade em assuntos de interesse do “Sistema de Travessias”.

## CAPÍTULO VI

### Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 6º - A ARTESP atuará, na forma prevista no contrato e na Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, no acompanhamento da concessão e na fiscalização dos serviços concedidos.

§ 1º - Caberá à ARTESP supervisionar e acompanhar as atividades relativas à prestação dos serviços, a fim de garantir o adequado cumprimento do contrato de concessão, incluindo as seguintes atribuições:

1. acompanhar:

a) a execução das atividades desempenhadas no âmbito da concessão;

b) a entrega de informações a serem prestadas pela concessionária, conforme exigências do contrato de concessão e respectivos anexos;

c) a mensuração dos indicadores de desempenho realizada pelo verificador independente, bem como a situação econômico-financeira da concessionária;

2. fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;



3. proceder, motivadamente, com a aplicação das penalidades previstas no contrato de concessão e respectivos anexos.

§ 2º - No exercício da atividade de fiscalização, o Poder Concedente, a ARTESP e o verificador independente terão acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, inclusive por via eletrônica e em tempo real.

Artigo 7º - Estão sujeitos à fiscalização e monitoramento todos os serviços previstos no presente regulamento.

§ 1º - A qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, segurança e a cortesia na prestação dos serviços, fatores de avaliação que definem o nível de serviço adequado, conforme disposto na Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão base para a fiscalização dos serviços a que se refere este artigo.

§ 2º - Os fatores a que se refere o § 1º deste artigo serão aferidos a partir dos parâmetros definidos nos anexos do contrato.

## CAPÍTULO VII

### Da Remuneração

Artigo 8º - Constituem fontes de remuneração da concessionária, nos termos do contrato de concessão e anexos:

I - receita tarifária;

II - contraprestação pecuniária;

III - outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados.

Parágrafo único - A concessionária receberá do Poder Concedente, em função dos investimentos efetivamente realizados, aporte de recursos na forma do artigo 6º, § 2º, da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na forma disciplinada no contrato.

Artigo 9º - As tarifas, a contraprestação pecuniária, o aporte público e as receitas acessórias, bem como os critérios e a periodicidade de reajuste, quando o caso, serão estabelecidas no contrato de concessão, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 10 - A concessionária garantirá acesso ao serviço público de transporte aquaviário àquele que tenha direito a transporte gratuito, nos termos do contrato de concessão e anexos, observada a legislação aplicável.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Gerais

Artigo 11 - O Poder Concedente providenciará, mediante proposta da concessionária, as medidas para a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessários à eventual ampliação do “Sistema de Travessias”, responsabilizando-se a concessionária pela promoção das desapropriações e servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações, observados os termos e condições do contrato de concessão, na forma autorizada pelo Poder Público.

Artigo 12 - Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do "Sistema de Travessias", transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão, na forma prevista em lei e no contrato. Parágrafo único - Com o advento do termo final do prazo de vigência do contrato de concessão, ou a sua extinção por outro motivo, os bens reversíveis, direitos e privilégios a que se refere o "caput" deste artigo poderão ser transferidos à concessionária que eventualmente assumir a prestação dos serviços de que trata este regulamento, observados os trâmites, prazos, formalidades e obrigações estabelecidos no contrato.

Artigo 13 - Nos termos das normas de organização administrativa vigentes do Estado de São Paulo, compete à Secretaria de Parcerias em Investimentos expedir normas complementares necessárias à execução deste regulamento.